

DESIGNAÇÃO	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA DE VILA BOIM	PERÍODO	12 / 2024
------------	--	---------	-----------

BALANÇO

SNC	ACTIVO	
	Imobilizado:	Valor
41	Investimentos financeiros	0,00
43	Activos fixos tangíveis	547 762,40
44	Activos Intangíveis	897,94
42+45+46	Outros activos	0,00
	Circulante:	
32 a 39	Inventários e activos bilógicos	2 601,32
	Dívidas de terceiros:	
21 a 27	Activo não corrente	0,00
21 a 27	Activo corrente	5 984,78
	Outros activos:	
14	Outros instrumentos financeiros	0,00
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	70 407,57
281	Gastos a reconhecer	855,44
	TOTAL DO ACTIVO	628 509,45

SNC	CAPITAL PRÓPRIO	
51	Capital	15 867,50
52	Ações (quotas) próprias (a)	0,00
53	Outros instrumentos de capital	0,00
54	Prémios de emissão (a)	0,00
55	Reservas	0,00
56	Resultados transitados	205 526,29
57	Ajustamentos em activos financeiros (a)	0,00
58	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	0,00
59	Outras variações no capital próprio	427 084,68
818	Resultado Líquido (a)	- 82 169,91
89	Dividendos antecipados	0,00
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	566 308,56

SNC	PASSIVO	
29	Provisões	0,00
	Dívidas a terceiros:	
21 a 27	Passivo não corrente	0,00
21 a 27	Passivo corrente	62 200,89
	Outros passivos:	
282	Rendimentos a reconhecer	0,00
	TOTAL DO PASSIVO	62 200,89

TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO 628 509,45

a) Se negativo, introduzir com sinal menos

DESIGNAÇÃO	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA DE VILA BOIM	PERÍODO	12 / 2024
-------------------	---	----------------	------------------

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	MERCADORIAS	MATERIAS-PRIMAS, SUBSIDIARIAS E DE CONSUMO
1 Existências iniciais	0,00	1 338,87
2 Compras (b)		83 178,14
3 Regularização de Existências (a)	0,00	0,00
4 Existências finais		2 601,32
5 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS (5 = 1 + 2 +/- 3 - 4)	0,00	81 915,69

a) Se negativo, introduzir com sinal menos

b) inclui direitos aduaneiros, IVA não dedutível e demais despesas adicionais de compras, tais como seguros e fretes

IES: Q03 Anexo A | Q06 Anexo J

VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMEDIOS	SUB-PRODUTOS, DESPERDICIOS, RESIDUOS E REFUGOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO
1 Existências finais	0,00	0,00	0,00
2 Regularização de Existências (a)	0,00	0,00	0,00
3 Existências iniciais	0,00	0,00	0,00
4 VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO (4 = 1 +/- 2 - 3) (a)	0,00	0,00	0,00

a) Se negativo, introduzir com sinal menos

IES: Q03 Anexo A | Q07 Anexo J

DESIGNAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA DE VILA BOIM

PERÍODO

12 / 2024

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	Total ano anterior	Ano corrente
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00
Vendas de Produtos	0,00	0,00
Prestações de Serviços	0,00	362 238,34
Soma (Volume de negócios)	0,00	362 238,34

		% Vol. Negócios		% Vol. Negócios	Diferença %
621	Subcontratos	0,00	0,00	0,00	0,00
6221	Trabalhos especializados	0,00	0,00	15 066,93	4,16
6222	Publicidade e propaganda	0,00	0,00	179,09	0,05
6223	Vigilância e segurança	0,00	0,00	0,00	0,00
6224	Honorários	0,00	0,00	23 532,50	6,50
6225	Comissões	0,00	0,00	979,20	0,27
6226	Conservação e reparação	0,00	0,00	33 682,97	9,30
6227	Serviços bancários	0,00	0,00	216,45	0,06
6228	Outros serviços especializados	0,00	0,00	0,00	0,00
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00	22,29	0,01
6232	Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00	0,00
6233	Material de escritório	0,00	0,00	2 202,70	0,61
6234	Artigos para oferta	0,00	0,00	0,00	0,00
6238	Outros materiais	0,00	0,00	12 147,94	3,35
6241	Electricidade	0,00	0,00	16 662,34	4,60
6242	Combustíveis	0,00	0,00	10 856,64	3,00
6243	Água	0,00	0,00	6 246,60	1,72
6248	Outros fluidos	0,00	0,00	0,00	0,00
6251	Deslocações e estadas	0,00	0,00	799,11	0,22
6252	Transportes de pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
6253	Transportes de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
6258	Outros transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
6261	Rendas e aluguemas	0,00	0,00	0,00	0,00
6262	Comunicação	0,00	0,00	1 986,91	0,55
6263	Seguros	0,00	0,00	3 017,29	0,83
6264	Royalties	0,00	0,00	0,00	0,00
6265	Contencioso e notariado	0,00	0,00	0,00	0,00
6266	Despesas de representação	0,00	0,00	26,00	0,01
6267	Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00	11 265,93	3,11
6268	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00		0,00
			0,00		0,00
	TOTAL	0,00	0,00	138 890,89	38,34

DESIGNAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA DE VILA BOIM

PERÍODO

12 / 2024

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	
Vendas e serviços prestados	362 238,34
Subsídios à exploração	380 233,98
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 81 915,69
Fornecimentos e serviços externos	- 138 890,89
Gastos com o pessoal	- 584 619,57
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00
Outros rendimentos	22 290,13
Outros gastos	- 11 193,66
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	- 51 857,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 30 312,55
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	- 82 169,91
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00
Resultado antes de impostos	- 82 169,91
Imposto sobre o rendimento do período	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	- 82 169,91

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA DE VILA BOIM, 2024

Contribuinte nº 500847363

Emitido por ADM em 12-03-2025 14:40:45

Mapa de exploração

(Mês inicial = Abertura; Mês final = Regularizações)

(Euros)

Designação	Abe	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado
81 Resultado líquido do período	34.465,55	0,00	0,00	-34.465,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Contas do Balanço	0,00	5.114,89	-7.865,89	1.827,53	577,84	9.681,50	-26.109,45	14.461,65	-33.960,33	32.209,83	4.646,94	-40.761,18	-41.993,24	-82.169,91

Mapa de exploração

(Mês Inicial = Abertura; Mês final = Regularizações)

Designação	Abre	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado
Gastos														
31 Compras	0,00	5.525,12	6.193,27	6.916,40	7.574,17	6.503,82	8.005,38	7.310,88	6.137,72	6.098,53	7.688,77	6.896,22	-74.850,28	0,00
61 Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.915,68	81.915,68
62 Fornecimentos e serviços externos	0,00	12.115,91	21.641,97	7.531,04	8.451,67	7.899,73	7.347,16	14.313,12	12.564,16	12.658,83	7.174,70	15.054,93	12.137,67	138.890,89
63 Gastos com o pessoal	0,00	40.602,65	38.611,78	41.429,29	41.298,69	40.271,68	76.850,76	42.960,75	42.618,59	40.761,01	45.137,22	82.810,87	51.266,28	584.619,57
64 Gastos de depreciação e de amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.312,55	30.312,55
68 Outros gastos e perdas	0,00	30,00	30,00	700,00	0,00	0,00	250,94	1.000,00	3.750,00	0,00	0,00	1.771,00	3.661,72	11.193,66
Total de Gastos	0,00	58.273,68	66.477,02	56.576,73	57.324,53	54.675,23	92.454,24	65.584,75	65.070,47	59.518,37	60.000,69	106.533,02	104.443,63	846.932,36

Rendimentos														
72 Prestações de serviços	0,00	27.101,09	28.010,72	27.694,96	28.817,57	29.720,00	31.165,30	29.240,61	30.377,22	31.276,90	31.218,49	34.839,52	32.775,96	362.238,34
75 Subsídios à exploração	0,00	30.590,59	29.951,98	29.754,47	29.056,84	31.366,73	35.179,49	39.520,09	725,00	60.451,30	33.429,14	30.725,23	29.483,12	380.233,98
78 Outros rendimentos e ganhos	0,00	5.696,89	648,43	954,83	27,96	3.270,00	0,00	11.285,70	7,92	0,00	0,00	207,09	191,31	22.280,13
Total de Rendimentos	0,00	63.388,57	58.611,13	58.404,26	57.902,37	64.356,73	66.344,79	80.046,40	31.110,14	91.728,20	64.647,63	65.771,84	62.450,39	764.762,45
Resultado	0,00	5.114,89	-7.865,89	1.827,53	577,84	9.681,50	-26.109,45	14.461,65	-33.960,33	32.209,83	4.646,94	-40.761,18	-41.993,24	-82.169,91
	0,00	8,07	-13,42	3,13	1,00	15,04	39,35	18,07	109,16	35,11	7,19	61,97	67,24	10,74

Contas do Balanço														
11 Caixa	2.496,12	2.488,47	3.666,59	-4.151,09	896,93	4.008,25	2.367,33	8.148,63	-4.437,48	3.132,99	3.257,30	-1.611,64	-15.390,94	4.871,46
12 Depósitos à ordem	15.526,07	106.063,36	-8.080,26	2.601,04	2.415,91	17.919,45	-6.885,89	-31.739,99	-22.153,74	45.814,77	2.558,90	-23.029,29	-35.474,22	65.536,11
13 Outros depósitos bancários	108.000,00	-108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Clientes	250,51	23,80	-924,92	-189,96	-105,15	440,01	-46,21	6.483,82	-135,85	371,35	-665,79	50,16	433,01	5.984,78
22 Fornecedores	-11.012,02	2.645,12	-4.097,42	4.078,32	-4.236,04	714,31	883,09	-5.326,20	-7.828,43	881,56	-914,21	-4.337,30	14.070,35	-14.478,87
24 Estado e Outros Entes Públicos	-32.830,20	1.427,15	1.125,19	-823,89	1.264,71	-13.419,86	-22.412,41	36.295,96	595,17	-471,57	483,72	-11.647,02	20.617,15	-19.795,90
27 Outras contas a receber e a pagar	-12.248,05	167,00	444,93	313,11	341,48	19,34	-384,24	599,43	0,00	-17.519,27	-72,98	-186,09	599,22	-27.926,12
28 Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855,44	855,44
32 Mercadorias	1.338,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.262,45	2.601,32
43 Ativos fixos tangíveis	576.957,17	299,99	0,00	0,00	0,00	0,00	368,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.863,64	547.762,40
44 Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	897,94	897,94
51 Capital subscrito	-15.867,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.867,50
56 Resultados Transladados	-239.991,84	0,00	0,00	34.465,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-205.526,29
59 Outras variações no capital próprio	-427.084,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-427.084,68

**Associação de Assistência
de
Vila Boim**



**Anexo ao Balanço
e
Demonstração
de
Resultados**

2024

Índice

1	Identificação da Entidade	2
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	2
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	4
4	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e erros	11
5	Bens do Domínio Público	11
6	Activos Intangíveis	11
7	Activos Fixos Tangíveis	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos	11
9	Inventários	11
10	Rédito	11
11	Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes	12
12	Subsídios do Governo e Apoios do Governo	12
13	Efeitos de Alterações em taxas de câmbio	12
14	Impostos sobre o Rendimento	12
15	Benefícios dos Empregados	12
16	Divulgações exigidas por outros Diplomas Legais	12
17	Acontecimentos Após a Data do Encerramento	12

1 Identificação da Entidade

A Associação de Assistência de Vila Boim é uma instituição sem fins lucrativos, uma IPSS, com sede em Vila Boim, Elvas, cuja atividade é o Apoio Social a Idosos e Jovens na valência Entidade Residencial para Idosos, SAD, Centro de Dia e Infantário.

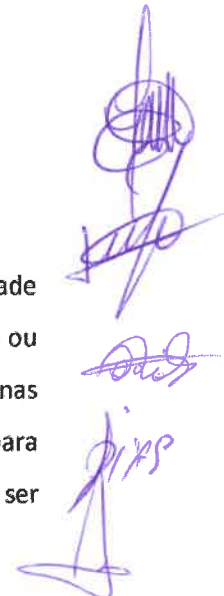
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-lei nº98/2015 e pela Portaria 218/2015 de 23 de Julho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) –Portaria 220/2015

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados pelo custo de aquisição ou de produção, deduzido das respectivas depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou pelo valor pelo qual figuravam na contabilidade, quando conhecido

- Código de Contas (CC) –portaria 218/2015 de 23 Julho
- NCRF-ESNL Aviso 8259/2015 de 29 Julho
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrerem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.



quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros ativos Intangíveis	

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 Investimentos Financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As grandes reparações são agregadas ao valor inicial e depreciadas pelo aumento da vida útil que proporcionarem.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta e de acordo com as taxas específicas, aprovadas pelo Decreto-lei nº 25/2009 de 14 de Setembro.

Os Terrenos não são depreciados

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A Entidade pode rever anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico escriturado na data de alienação, assim sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas



será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes são da Entidade ou dos serviços

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/Beneméritos/Patrocionadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores/Beneméritos/Patrocionadores/Doadores/Associados/Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras Contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras Contas a Receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'RIAS'.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) ...

Para 2024 não há qualquer IRC a pagar.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Bens do Dominio Publico

6 Ativos Intangíveis – O valor líquido dos Ativos é de 897,94 euros

7 Ativos Fixos Tangíveis - O valor líquido dos Ativos é de 547 762,40 euros

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um Ex fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir Ex fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

A Instituição não tem no momento qualquer financiamento bancário.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não houve IRC a Pagar



15 Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais não são remunerados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foi de 40

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Remunerações do pessoal: 468 026,28 euros

Encargos sobre Remunerações: 104 286,27 euros

Seguros: 5089,01 euros

Outros Gastos: 7218,01 euros



16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Durante 2024 os investimentos em Ativos fixos tangíveis atingiram o montante de 668,87 euros, os Ativos Intangíveis 1346,85 euros.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário final
Mercadorias	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2601,32
Activos Biológicos	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00
Total	2601.32

10 Rédito

Para o período de 2024 foram reconhecidos os Réditos, nas respetivas contas (euros)

Vendas e Serviços Prestados: 362 238,34 euros

Subsídios à Exploração: 380 233,98 euros

Variação nos Inventários da Produção:

Outros Rendimentos22 290,13 euros

Juros e Rendimentos Similares Obtidos: euros

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não foram criadas provisões

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios atingiram o montante de 380 233,98 euros

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Breve Análise Contas 2024

ASSOCIAÇÃO ASSISTÊNCIA DE VILA BOIM

O ano de 2024 saldou-se com um resultado negativo de 82 169,91 euros valor que teve um acréscimo significativo em relação a 2023

Ora não sendo, em si mesmo, o principal objetivo que norteia a missão desta Instituição, obter um resultado positivo é sempre importante pois tal é indicador de uma gestão equilibrada, de cumprimento das responsabilidades externas, de solidificar a solvabilidade e permitir que os meios libertos possam ser reinvestidos na modernização dos equipamentos que permitam o bem-estar dos utentes.

Esta Direção confrontou-se nos últimos 3 anos com fatores externos conhecidos por todos e que não ajudaram em nada a gestão corrente.

Após uma pandemia inédita na era moderna que agravou significativamente os gastos do exercício a nível de pessoal, de dispêndios com testes, equipamentos de proteção individual e produtos de desinfeção e higiene, seguiram-se as guerras da Ucrânia e de Israel que agravaram os preços e provocaram uma inflação descontrolada, que no médio e longo prazo pode vir a provocar uma nova crise no setor financeiro.

Por todos estes motivos o controle e rigor orçamental torna-se cada vez mais difícil, lutando contra fatores que estão completamente fora do comando do poder executivo.

As exigências da segurança social em termos de Projetos de Incêndios, as obras de conservação das casas de banho e no infantário, pinturas nos equipamentos de transporte são gastos que vieram contribuir para aumentar o défice do ano.

Hoje o financiamento público é pouco mais de 50% das receitas globais, embora tenhamos as entidades da tutela a ditar regras a todos os níveis, quer rácios de pessoal, salários, instalações e categorias profissionais.


O salário mínimo aumentou de 820 euros para 870 euros, o que veio inflacionar o valor das horas suplementares, subsídios de turno, gratificações e encargos sociais, gerando gastos que o estado não compensou na mesma proporção, continuando os protocolos das participações familiares a serem manifestante insuficientes.

Os governos continuam a não compensar o aumento da taxa de IVA da eletricidade de 6% para 23% , onerando o valor nas faturas nos estabelecimentos que não deduzem IVA por serem sujeitos passivos isentos.

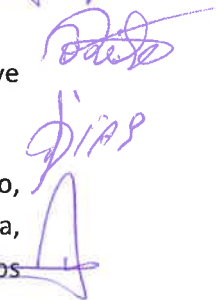
Com a situação e dinâmica atual só um aumento das participações familiares (uten-tes e famílias) podem reequilibrar a situação económica- financeira destas instituições.

Na atual estrutura de gastos assume particular relevância os gastos com o pessoal que atingem o montante de 584 M de euros, cerca de 69 % da totalidade dos encargos.

Também as despesas gerais representam uma fatia importante 138 M (16 %).



DIAS



A alimentação representa apenas cerca de 10% dos gastos, sendo as amortizações cerca de 3,5 %.

O financiamento destes gastos é feito através de 4 fontes:

- a) Comparticipações familiares (utentes e famílias) no valor 362 M
- b) Subsídios e Comparticipações do Setor Público cerca de 380 M
- c) Outros Rendimentos...22 M

Sob o ponto de vista patrimonial e apesar dos resultados negativos a AAVB continua a disfrutar de uma situação económico-financeira perfeitamente equilibrada, tendo em meios monetários e disponibilidades em 31 de Dezembro 70 M, quando as dívidas de curto prazo , a instituições oficiais não representam mais de 20 MM (dívidas à Segurança Social de Dezembro e retenções na fonte do mesmo período a pagar em 20 Janeiro de 2025).

Por todas estas razões uma gestão corrente não pode ser dissociada de todos os constrangimentos e externalidades, que condicionam um desempenho competente e eficaz, reduzindo substancialmente o espaço de manobra, deixando as Instituições impotentes, para só por si, resolverem os problemas que as afetam.

O serviço e a responsabilidade social destas instituições não podem ser estrangulados por comparticipações insuficientes e que hipotecam o futuro das entidades.

